



Secretaria de Estado da Educação

# CLIPPING

30 de janeiro de 2013



<b>Veículo:</b> Jornal de Santa Catarina	<b>Editoria:</b> Política	<b>Data:</b> 30/01/2013
<b>Assunto:</b> Magistério. Ministro admite dificuldades para pagar piso		<b>Página:</b> 05

JORNAL DE  
SANTA CATARINA  
www.santa.com.br

# Magistério. Ministro admite dificuldades para pagar piso

Aloizio Mercadante reconhece que regra compromete finanças de prefeituras

**BRASÍLIA** - O ministro da Educação, Aloizio Mercadante, admitiu ontem que o piso nacional do magistério, tal como foi aprovado, traz prejuízos às contas de estados e municípios ao longo dos anos. Ao participar como palestrante do Encontro Nacional de Prefeitos, em Brasília, ele defendeu uma solução conjunta entre governantes e representantes da categoria, a fim de valorizar o professor de forma compatível com as receitas estaduais e municipais. Na avaliação dele, é importante que a questão seja resolvida ainda este ano.

- A lei como está, ao longo dos anos, sisto-

na demais as finanças municipais e estaduais, e temos que ter crescimento salarial dos professores que seja sustentável e compatível com os recursos orçamentários - disse,

De acordo com Mercadante, entidades como a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) reconhecem que a lei que trata do piso precisa de ajustes e apresentaram propostas de alteração que estão em discussão no Congresso Nacional.

O ministro disse que a posição do Ministério da Educação é de que o piso nacional do magistério

precisa continuar crescendo de forma sustentável e progressiva, para atrair bons profissionais. Ele apontou como alternativa a destinação dos recursos dos royalties do petróleo para a educação.

- Se tivermos recursos dos royalties, vamos resolver o problema de financiamento, inclusive salarial dos professores - declarou

Ao participar do encontro, a ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, afirmou que a União dispõe de R\$ 31 bilhões em recursos para serem aplicados na segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2). Segundo ela, 5.097 municípios brasileiros poderão apresentar projetos para receber parte desta verba.

Miriam explicou que as propostas devem englobar o Programa

## A LEI

Sancionada em 2008, a Lei 11.738 estabelece o piso nacional do magistério público da educação básica, determinando um valor mínimo a ser pago por estados e municípios a professores com jornada de 40 horas semanais.

Este mês, o Ministério da Educação anunciou que será de 7,97% o reajuste do piso, que passa de R\$ 1.451 para R\$ 1.567 em fevereiro.

Minha Casa, Minha Vida ou destinarem-se à construção de creches pré-escolas. O dinheiro também pode ser aplicado em quadras esportivas nas escolas, unidades de saúde e centros de iniciação ao esporte.

**Mercadante afirma que recursos para melhorar as condições da educação no Brasil dependem dos royalties do petróleo**



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Notícias do Dia	<b>Editoria:</b> Serviço	<b>Data:</b> 30/01/2013
<b>Assunto:</b> Inscrições ENCCEJA		<b>Página:</b> 22

# Notícias do Dia

### **Inscrições ENCCEJA**

O ENCCEJA (Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos) do Ensino Fundamental está com as inscrições abertas. Quem não teve oportunidade de concluir o Ensino Fundamental pode se inscrever até 7 de fevereiro no site [www.sistemasencceja3.inep.gov.br/inscricaoEncceja](http://www.sistemasencceja3.inep.gov.br/inscricaoEncceja). Mais informações: (48) 3221.6161.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> A Notícia	<b>Editoria:</b> AN.Portal	<b>Data:</b> 30/01/2013
<b>Assunto:</b> Descentralização		<b>Página:</b> 03

# ANOTÍCIA

### **Descentralização**

A reforma da escola Conselheiro Mafra, com licitação a ser aberta nesta semana, é a primeira da leva de obras a serem feitas pela SDR de Joinville. Antes, passava pela Secretaria de Educação. Simone Schramm terá R\$ 11,9 milhões para reformas. A da Conselheiro custará R\$ 2,55 milhões.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Notícias do Dia	<b>Editoria:</b> Brasil	<b>Data:</b> 30/01/2013
<b>Assunto:</b> MEC quer acesso de professor a merenda		<b>Página:</b> 11

# Notícias do Dia

## EDUCAÇÃO

### MEC quer acesso de professor a merenda

O ministro da Educação, Aloizio Mercadante, afirmou ontem em São Paulo que recebeu pedido das prefeituras para que professores da educação básica também possam ter direito à merenda escolar, atualmente restrita aos alunos da rede pública de ensino. O ministro discursou em evento para os gestores de todo o país sobre parcerias disponíveis entre a pasta e os municípios brasileiros.

"O que os prefeitos solicitaram é que os professores também pudessem fazer alimentação junto com os alunos, com a merenda escolar. (...) E eu acho razoável que eles estão trabalhando e pos-

sam comer a mesma merenda que o estudante", afirmou após a fala. Ao menos dois projetos de lei sobre o assunto tramitam no Congresso Nacional. Um deles garante à alimentação ao docente "sem prejuízo de auxílio-alimentação ou de quaisquer outros benefícios com semelhante finalidade que possam perceber". A outra proposta dá direito à alimentação dos professores "quando houver alimento excedente".

Mercadante ponderou que o custo adicional da medida é "muito

marginal". "O MEC seguramente será favorável [à mudança]. E aí depende de aprovação de projeto de lei específico", completou.

Durante o evento, Mercadante destacou ainda a importância das prefeituras aderirem a programas

da pasta, como o pacto pela alfabetização na idade certa. Ele destacou a possibilidade de os municípios acelerarem a construção de creches, que poderão ser criadas através de um modelo pré-moldado - o que reduz o tempo da obra a um prazo de seis meses.



#### SEM PESO

Ministro Aloizio Mercadante afirma que custo adicional da alimentação é "muito marginal"